

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELLECTUAL

THE IMPORTANCE OF FAMILY-SCHOOL INTERACTION WITHIN THE MENTALLY DISABLED INCLUSION PROCESS

Amanda Kelly Oliveira de Lima

E-mail: amandakellyoliveiradelima@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo ressaltar a importância da interação família-escola no processo de inclusão do deficiente intelectual de uma escola pública de Ceilândia, Distrito Federal, a partir de um estudo de caso. O estudo contou com a participação de um integrante da família, o professor regente e os pesquisadores. A investigação adotou o método qualitativo com abordagem interpretativa referenciada na perspectiva sócio-cultural em um estudo de caso com vistas a reunir um número maior de informações. Os resultados apontam que a escola deve orientar a família quanto aos direitos do aluno com necessidade especiais em relação à redução de turma, adaptação curricular e atendimento educacional especializado e sobre a metodologia adotada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Que o docente reflita sobre a formação continuada na temática inclusiva. A inclusão do estudante foi possível através da interação família-escola, pois a mesma é presente em todos segmentos da vida escolar do aluno, estando à disposição da escola sempre que necessário e a escola que ao promover a perspectiva inclusiva ressignifica o papel do professor, da educação e das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Inclusão, escola, família, deficiente intelectual

ABSTRACT

The objective of the following paper is to highlight the importance of family-school interaction within the mental disabled inclusion process in a school in Ceilândia, Distrito Federal based on a case study. A family member, the head teacher and the researchers took part in the study. The author used the qualitative methodology with an interpretative approach under the sociocultural perspective in a case study in order to gather more information. The results are that schools should guide families when it comes to special needs students' rights regarding the number of students in class, curriculum adaptation and special educational service as well as the methodology adopted by the Distrito Federal Education Department. Teachers should consider taking inclusion ongoing training programs. It is expected that teachers think about the relevance of inclusive ongoing programs. It was possible to include students due to family-school interaction because such interaction is present in every aspect of students' life, being available to the school when necessary. When the school reinforces the inclusion, it gives another meaning to teachers, school and pedagogical practices role.

Keywords: Inclusion, school, family, mentally disabled.

INTRODUÇÃO

A inclusão vem contribuindo para a evolução do processo de educar, elevando o patamar de reflexão sobre as diferenças e a diversidade humana. Isto nos remete a compreender a complexidade de cada indivíduo como ser humano e seu papel na comunidade, considerando nesse contexto, o desafio da escola como fonte de produção e transmissão de conhecimento.

A inclusão se faz na sala de aula, pois este é o local onde está se formando o cidadão de hoje e de amanhã. Quando se busca implementar a inclusão de alunos com deficiência estamos possibilitando aos demais alunos e à comunidade escolar aprender a lidar com as diferenças, se deparando com situações antes não vividas que lhes darão suporte para o desenvolvimento de valores como a ética, o respeito e a solidariedade humana.

O modelo da inclusão convida os professores a terem um olhar para cada aluno, e assim conceder direitos iguais a todos, como nos lembra o fragmento abaixo

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossa escola, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo. STAINBACK&STAINBACK (1999, p.29)

Assim, o tema escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa procura investigar e avaliar a inclusão escolar de alunos com deficiência mental nas Escolas Públicas do Distrito Federal sob a perspectiva da prática docente.

Para que a escola seja inclusiva é preciso uma reestruturação nos processos de gestão e nas práticas pedagógicas. Tratando-se especificamente de alunos com deficiência mental esta reestruturação não envolve somente aspectos físicos, como rampas, banheiros adaptados e outros recursos de acessibilidade, mas sim uma profunda reflexão sobre como se dá o processo de construção de conhecimento nesses alunos. Sendo necessário, também, uma melhor compreensão e um olhar mais atento sobre as especificidades que dizem respeito à deficiência mental, auxiliando o professor no aperfeiçoamento da sua prática pedagógica e na relação professor - aluno e gerando alterações no âmbito escolar.

Portanto, visando o desenvolvimento da criança para o convívio em sociedade. A Declaração de Salamanca cita que:

As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças que trabalham, crianças de populações imigrantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, p.6)

Neste aspecto, o papel da escola é fundamental, pois é capaz de participar e influir no processo de duas formas. A primeira na formação do aluno com deficiência e preparo para a vida e a segunda, na adaptação dos alunos de ensino regular para o convívio com as diferenças.

Sendo assim, o estudo dos processos de inclusão por parte dos educadores e profissionais de áreas a fins é de grande importância para que haja uma atuação consciente por parte de tais atores, sustentada por ações de acessibilidade física, curricular e nas comunicações que garantam a participação e a aprendizagem para todos os alunos.

Dessa forma a escola deve ser flexível, procurar se adaptar a todos os alunos, para que assim eles se sintam parte da mesma, parte da classe sem qualquer diferença.

O professor tem um papel muito importante nesse processo por que é ele quem vai encontrar a melhor forma para tornar o ensino de qualidade para que esses alunos possam realmente aprender e levar para vida o que aprenderam dentro da sala de aula. E o mesmo só poderá fazer isso quando deixar para trás seus preconceitos, para entender verdadeiramente o seu papel como educador de todos os alunos e não apenas de alguns.

Este é o desafio que a educação inclusiva coloca aos professores que é enfrentar o desconhecido para que dessa forma aprenda e ensine com ele, obviamente, bem acompanhado do apoio pedagógico e da parceria com a família e toda a comunidade escolar.

É fundamental que o professor esteja sempre em constante movimento devendo ter atitudes que demonstrem que o aluno com necessidade especial, é uma criança como outra qualquer com algumas limitações, às quais devem ser trabalhadas e desafiadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação inclusiva

Buscando informações sobre os direitos a educação das pessoas portadoras de deficiência, pode-se constatar que até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram explicadas através do misticismo e do ocultismo, não havendo assim uma base científica para a noção realística. Desse modo, a defesa da cidadania e direito a educação das pessoas com deficiência é uma atitude muito recente em nossa sociedade.

De acordo com os estudos de Mazzota (2005), alguns inspirados nos trabalhos concretizados na Europa iniciaram no Brasil, já no século XIX, a organização para atendimentos a cegos, surdos, deficientes intelectuais e deficientes físicos.

Ainda, segundo o autor a inclusão da educação de deficientes na política educacional brasileira ocorreu no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX.

Sasaki (1997) relata que a história das pessoas com deficiência teve a **fase de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão**.

Na **fase da exclusão** a sociedade ignorava, rejeitava, perseguia e até explorava essas pessoas com necessidades especiais. Não havia qualquer tipo de atendimento especializado

Na **fase da segregação institucional** surge a atenção às Pessoas com deficiências, geralmente atendidas em instituições especializadas. Alguns ficavam a vida toda nestes locais separada da família e sem convívio com a sociedade. Período em que apareceram muitas instituições religiosas e filantrópicas.

A **fase da integração** começa com a inserção das classes especiais nas escolas de ensino regular. Entendia-se que em salas separadas as pessoas com necessidades especiais o ensino seria mantido sem qualquer prejuízo aos alunos sem deficiências, Sasaki (1997). Neste período os testes de inteligência exercem um papel importante com foco em selecionar e identificar as crianças com potencial acadêmico. Como relata Glat & Oliveira (2003, p. 12):

Os alunos com necessidades educacionais especiais, geralmente oriundos do ensino especial, são inseridos na sala regular na medida em que demonstrem condições para acompanhar a turma, recebendo atendimento especializado paralelo, em horário alternativo, individualmente ou em salas de recursos

Na **fase de inclusão** a sociedade reconhece a primordialidade de adaptação entre às pessoas com deficiência e a sociedade. Para Sasaki (1997, p.43),

Algumas pessoas utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos. A integração significando a 'inserção da pessoa deficiente preparada para conviver em sociedade' e a inclusão significando 'modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.

Para Glat & Oliveira (2003) é necessário uma adaptação da sociedade, da escola para inserção das pessoas com deficiência.

Em relação ao movimento da inclusão de pessoas com deficiência considera-se como marco o documento da Declaração de Salamanca 1994, elaborado na reunião internacional de "Educação para Todos". A partir de tal Declaração, as discussões e ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiências passam a organizar políticas públicas de atendimento, inclusive o Brasil.

A declaração universal de educação para todos, realizada em 1990 em Joinmten na Tailândia e a Declaração de Salamanca sobre os princípios, políticas e práticas em educação especial, produzidas pela UNESCO em 1994, na Espanha, propõem que todas as crianças sempre que possível deveriam aprender juntas em programas pedagógicos individualizados, independente da condição intelectual, física, emocional e social. Iniciando a partir desta ótica o período de ramificação da escola inclusiva.

Um dos trechos da Declaração de Salamanca que exemplifica os princípios da inclusão, "o principio da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças possam ter".

Hoje o sistema de ensino está legalmente organizado para atender os alunos que apresentem necessidades educativas especiais. A Constituição Federal, título VIII, da Ordem Social no seu Art. 208 diz: "o dever do Estado com a educação será mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino".

A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 também estabelece em seu Art. 54 que é dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) possui três artigos (58,59 e 60), parte integrante do Capítulo V, literalmente dedicados a educação especial.

Cabe salientar que, do ponto de vista da Constituição de 1988 e das leis educacionais existem a necessidade de reconstruir as escolas brasileiras sob novos enfoques educacionais. Existe apoio legal suficiente para mudar.

Segundo Mantoan (2006), a educação inclusiva tem sido caracterizada como “novo paradigma”, que se constrói pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, por se benéfica a escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem.

Sabe-se que a inclusão impõe mudanças de perspectiva educacional, por não se limitar apenas àqueles que apresentem deficiências, mas a qualquer aluno que manifeste dificuldade na aprendizagem, contribuindo para o crescimento do desenvolvimento de todos os envolvidos no processo professor-aluno-pessoa e a gestão como um todo.

CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O conceito de deficiência se antes predominava uma visão médico-organicista, centrada nos déficits da pessoa, atualmente a deficiência passa a ser concebida em uma perspectiva ecológica, ou seja, na relação com o meio, (Raiça, 2006).

De acordo com o posicionamento da autora, a limitação deixa de ser vista como dificuldade exclusiva da pessoa, passando a ser observada como uma limitação da sociedade em oferecer condições que possibilitem a superação de barreiras físicas, econômicas e sociais.

As definições no âmbito da deficiência intelectual têm sofrido relevantes modificações nas últimas décadas. Os procedimentos de avaliação e diagnóstico ganham o importante significado a partir de Alfred Binet, com a escala de inteligência criada por ele em 1905, com o objetivo de classificar crianças de acordo com um quociente de inteligência (QI).

Esse procedimento determinou por longos anos, até a década de 1990, o programa educacional de crianças que possuíam laudos psicológicos. Atualmente os

diagnósticos não se baseiam unicamente nos testes de QI e buscam uma visão social da pessoa valorizando seu potencial de acordo com o ambiente em que vive.

Carneiro (2008) relata que em 1992 a *American Association on Mental Retardation* (AAMR) divulgou uma nova definição e um sistema de classificação de “retardo mental” como uma concepção multidimensional. A definição atual é a de que o retardo mental é a incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo e está expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos.

Portanto o funcionamento cognitivo do aluno com deficiência mental comporta um conjunto de características que compõe certa fragilidade nesse funcionamento.

Entretanto Carneiro (2008) cita que a aplicação da definição inclui cinco recomendações, que a AAMR dá o nome de “hipóteses”:

- 1) As limitações no funcionamento atual devem ser consideradas características das pessoas da mesma faixa etária e da mesma cultura do indivíduo.
- 2) A avaliação válida considera a diversidade cultural e linguística e também as diferenças na comunicação, nos fatores sensoriais, motores e comportamentais.
- 3) Em cada indivíduo, as limitações frequentes coexistem com as potencialidades.
- 4) Um propósito importante ao descrever as limitações é o de desenvolver um perfil dos apoios necessários. (p.21).

Carneiro (2008) ainda menciona em sua pesquisa que a décima edição do manual da AAMR (*Retardo Mental: definição, classificação e sistemas de apoio*) tem sua primeira edição publicada no Brasil em 2006.

De acordo com a Associação Americana de Retardo Mental (LUCKASSON,1992) os fatores que levam a deficiência mental são inúmeros e dentre eles, destacam-se:

- Pré-natais: desde a concepção materna, falta de assistência gestacional, doenças infecciosas, consumo de álcool e drogas ente outras.

- Perinatais: desde o início do trabalho de parto até o trigésimo dia de vida da criança, podem ser divididos em traumas de parto, anóxia, prematuridade e baixo peso, entre outros;
- Pós-natais: do trigésimo dia de vida ao final da adolescência, desnutrição, infecções como meningoencefalites, sarampo, acidente de trânsito ou outras infecções.

O diagnóstico da deficiência mental é realizado por psicólogos, porém é recomendável uma equipe multidisciplinar. As observações do professor, do pedagogo, e do psicopedagogo na escola e os relatos da família têm um papel fundamental no diagnóstico de crianças com déficit intelectual ou com dificuldade na aprendizagem. O atendimento multidisciplinar permite que a criança seja diagnosticada sem confundir com o fracasso escolar.

Discorrer sobre a conceituação do deficiente intelectual é necessário buscar um estudo sobre a abordagem histórico cultural e os estudos da deficiência.

ABORDAGEM PROPOSTA POR VYGOTSKY

No decorrer do histórico das deficiências várias concepções de homem e cultura tiveram influências no olhar da sociedade sobre estes indivíduos. Na abordagem proposta por Vygotsky, a cultura ocupa a categoria central de uma nova concepção do desenvolvimento humano. A teoria histórico-cultural procurou superar a visão do homem, de educação e de aprendizagem.

Carneiro (2008), menciona que Vygotsky faz da cultura a categoria central de uma nova concepção do desenvolvimento psicológico do homem. Seu ponto de partida é a premissa do materialismo histórico: a existência de seres vivos, que se diferenciam dos outros animais por produzirem meios de vida que satisfaçam suas necessidades básicas. O homem como sujeito da sua própria história é um ser pensante que representa, para si e para outro, o que faz.

No entanto, para o teórico, a produção da matéria humana pressupõe a utilização de instrumentos construídos historicamente tanto de natureza física como psíquica. Os signos são mediadores das atividades humanas e foram construídos pelos homens, assim

como a linguagem que é um signo oral e que através dela comunicam-se e expressam ideias cotidianas.

O ser humano, ao nascer, dispõe apenas de recursos biológicos característicos da espécie, que podem ser considerados a base para o processo de humanização. Contudo na convivência possibilita-se que esse processo se concretize.

Carneiro (2008, p. 31) “retrata metaforicamente um duplo nascimento da criança onde um é biológico e outro é cultural”. A partir do nascimento a criança vai interagindo com a cultura adquirindo valores e que futuramente se constituirá como ser. Cabe salientar que o processo de constituição da criança como ser humano depende duplamente do outro, conforme citado pelo teórico, tanto pela herança genética quanto pela herança cultural. Então, a apropriação da cultura passa pelo outro como mediador entre a criança e o universo cultural.

E interessante notar que no caso da presença da deficiência fica mais evidente que o processo do desenvolvimento não se concebe naturalmente, mas é desencadeado em condições concretas da vida e não são pré-definidas pelo sujeito, mas pela família ou grupo social pela qual o indivíduo está inserido.

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

A escola e a família exercem papéis fundamentais na formação do indivíduo, portanto, hoje há necessidade da escola encontra-se em sintonia com a família. Ambas são responsáveis pela transmissão dos saberes culturalmente organizados, atuando com propulsora ou inibidoras de seu crescimento físico, intelectual e social. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo que é um futuro melhor para o filho e automaticamente para a sociedade.

A família é um dos primeiros ambientes de socialização do sujeito, atuando como mediadora dos modelos e influências culturais. Sendo a primeira mediadora entre o homem e a cultura, ela constitui uma dinâmica entre as relações de cunho afetivo, social e cognitivo mergulhadas na história e na cultura de um certo grupo social. A família constitui modelos próprios de relação interpessoal e de construção individual e coletivo.

Rego (1996, p.49) diz que Vygotsky entende que o ser humano não é só produto do seu contexto social, mas um agente ativo na criação deste contexto. E ainda de acordo com a teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano o indivíduo destaca-se conforme estabelece vínculos sociais com os pares, numa determinada cultura e em momentos históricos específicos.

Desde o nascimento a criança está em constante interação com o adulto, o que não só assegura sua sobrevivência, mas também media sua relação com o mundo. É na família que a criança recebe todas as influências de costumes e cultura.

Segundo Dessen and Polonia (2007), a transmissão de conhecimentos e significados possibilita o compartilhamento de regras, valores, sonhos (...) e amplia a diversificação das experiências. Entretanto é no ambiente familiar que a criança aprende a resolver conflitos, a controlar as emoções, a lidar com a diversidade e a expressar diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais.

As autoras afirmam que a interação família escola tem despertado interesse pelos pesquisadores, principalmente nos efeitos deste envolvimento para o desenvolvimento e cognitivo e o sucesso escolar.

A família e a escola compartilham funções sociais, políticas e educacionais. Ambas são responsáveis pelos saberes culturalmente organizados. A família é considerada a primeira instituição social e junta com outras redes busca assegurar a continuidade e o bem-estar de seus membros e coletividade, tendo assim uma forte influência no comportamento dos indivíduos. Seu papel é mediar a cultura entre o homem e a cultura.

O conceito de família tem evoluído para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual. Os arranjos familiares provocam transformações nas relações familiares e nos papéis desempenhados pelos seus membros. Portanto a família hoje não é vista como um sistema privado de relações e, nesse processo contínuo, a família conta ou não com uma rede social de apoio que é oriunda das próprias interações entre os membros.

Já a escola constitui um contexto diversificado de aprendizagem é um local que recebe uma diversidade de conhecimento, regras, valores que é permeado de conflitos, problemas e diferenças. A maior tarefa da escola é preparar alunos, professores e pais a viverem e superarem as dificuldades e conflitos interpessoais, contribuindo para o

processo de desenvolvimento do indivíduo. A escola é uma instituição que completa a educação familiar, pois neste ambiente a criança tem acesso ao conhecimento científico.

É neste ambiente que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificadas como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo deve envolver todas as experiências realizadas nesse contexto. Portanto os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem e devem ser empregados como mediadores para a construção dos conhecimentos científicos. É importante ressaltar que família e escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana nas sociedades, assim, se faz necessário que sejam criadas políticas que assegurem a aproximação entre esses dois contextos.

Dessen and Polonia (2007) também fazem referências de como é importante a inter-relação de família e escola. A família é de suma importância para combater a evasão escolar e altos índices de repetência. Os laços afetivos entre as instituições podem contribuir, em muito, para o desenvolvimento do indivíduo.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação família-escola no processo de inclusão do deficiente intelectual. Para tanto foram utilizadas técnicas de pesquisa com a finalidade de propiciar informações necessárias para o estudo em questão.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho científico, a investigação adotou uma abordagem qualitativa. Segundo Chizzotti (1998), a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

De acordo com Creswell (2007), “a abordagem qualitativa à aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimentos com base principalmente em perspectivas construtivas”. O autor discorre que na pesquisa qualitativa o pesquisador investiga significados individuais dos fenômenos históricos sociais.

Para se obter a resposta da problemática de pesquisa, coube a escolha de um estudo de caso. A escolha pelo método de estudo decorreu por se tratar de uma investigação empírica que estuda os fenômenos dentro do contexto real.

Contexto da Pesquisa

A realização da pesquisa deu-se em uma escola pública de séries iniciais do ensino Fundamental de nove anos na Região Administrativa de Ceilândia-DF. A escola atende as modalidades de ensino Fundamental (turmas de 4º séries).

A escolha se deu por se tratar de uma escola pública e de turmas inclusivas que havia recebido no ano em curso um aluno com deficiência intelectual. Diante do desafio enfrentado pelo professor, as pesquisadoras se colocaram à disposição para a realização da presente pesquisa e entrevistaram o professor. A pesquisadora entrou em contato com o professor regente e esclareceu os objetivos da pesquisa.

Participantes

1. Professor regente, Sr. Paulo (nome fictício), trinta e quatro anos, graduado em Pedagogia com licenciatura em séries iniciais. Mestre em Educação.
2. Ricardo (nome fictício), sete anos, diagnosticado como deficiente intelectual segundo laudo médico do COMPP- Centro de Orientação Médico - Psicopedagógico.

Instrumento de Construção dos Dados

- ✓ Questionário para professor regente
- ✓ Questionário para a família

Procedimento de análise dos Dados

O estudo adotou uma metodologia qualitativa, identificando, nas narrativas do professor, elementos que possam compreender melhor a interação dos envolvidos na inclusão da aluna com deficiência intelectual.

Os instrumentos utilizados foram questionários semiestruturados, por entendê-los como um instrumento metodológico. Segundo González Rey (2010): “os instrumentos escritos apresentam a possibilidade de posicionar o sujeito de forma rápida e simples”.

Ainda de acordo com González Rey, o conhecimento é um processo de construção que encontra sua legitimidade na capacidade de produzir.

Resultado dos Questionários

A análise do tema proposto se fez através da pesquisa bibliográfica e um estudo de caso que fornecerá informações e sugestões para pais e professores. A escola e a família compartilham de funções sociais, políticas e educativas que, quando articuladas, influenciam na formação do cidadão.

O professor Paulo de trinta e quatro anos, formado em Pedagogia com Habilitação em Magistério das Séries Iniciais e Mestre em Educação trabalha na escola a um ano. Atualmente leciona para um a turma de segundo ano do Ensino Fundamental (alunos de 9 anos).

O referido professor relatou que apesar de ser pedagogo e possuir um mestrado na área de educação, estudou pouco a temática da inclusão, não tendo nenhuma formação específica.

O professor como qualquer outro profissional precisa se aperfeiçoar através de cursos de especialização ou de formação continuada. De acordo com Nóvoa (1995) estar em formação implica em um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também a identidade funcional.

Em relação à concepção de inclusão o professor entende que são atividades de cunho educacional que tem por objetivo inserir alunos com necessidades educativas especiais em espaços compartilhados de convivência. A inclusão também é uma postura ética de aceitação frente ao “diferente”.

Segundo Mantoan, “temos de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas e também construir uma nova ética escolar.”

Relatou que conta com a ajuda de uma equipe especializada que conta com um pedagogo, um orientador educacional, um psicólogo escolar e uma sala de recurso que juntos traçam a adequação curricular para o aluno.

Mencionou ainda que sente dificuldades em ensinar o conteúdo formal ao adaptá-lo às particularidades do aluno.

Mantoan (2006) cita que a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para deficiência ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

De acordo com Ferreira and Magalhães (2003) “ a inclusão impõe mudanças de perspectiva educacional, pois não se limita àqueles que representam deficiência, mas a qualquer um com dificuldade de aprendizagem. ”

Quando questionada sobre a participação da família na escola, a professor respondeu que são presentes e que comparecem a todas as reuniões e colaboram no acompanhamento das atividades extraclasse do filho.

A família relatou que participa da vida escolar da criança em todos os momentos porque acredita que ela pode ter sucesso na vida acadêmica, apesar da deficiência.

Pode-se afirmar, diante do confronto dos resultados da pesquisa, que a influência da família na vida escolar das crianças e a sua interação com a escola favorecem o desenvolvimento global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do tema, a pesquisa buscou conhecer e investigar a realidade da interação escola - família como uma articulação necessária à inclusão do deficiente intelectual a partir do estudo de caso e do ponto de vista do educador e da família. Consta que o objetivo geral o estudo teve respostas satisfatórias.

O docente deve refletir sobre a continuidade de sua formação, pois é ele o principal responsável por uma educação de qualidade e conseqüentemente pelo desenvolvimento social do aluno. Acreditando no potencial dos alunos muito pode ser feito e desenvolvido.

A família deve ser orientada quanto aos direitos do aluno e sobre a metodologia da instituição de ensino com vista a uma melhor qualidade de ensino.

Portanto a relação família - escola se dá por meio do diálogo e da participação efetiva de ambas as partes, a família contribui para a inclusão do aluno quando existe uma relação de compreensão, quando cada instituição é ciente das limitações e direitos.

A inclusão de Ricardo só foi possível devido à articulação entre a família-escola, pois a mesma é presente em todos os momentos da vida escolar do estudante, estando sempre a disposição da escola. A escola, que ao promover a perspectiva inclusiva, ressignifica o papel do professor, da educação e das práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. Brasília; senado federal. 1988

_____, Presidência da República. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº9394/96.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de e MACIEL, Diva Maria Moraes de Albuquerque. **Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002**. Temas em Psicologia da SBP—2003, Vol. 11, nº 2, 147–156.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. **Adultos com síndrome de down. A deficiência mental como produção social**. Campinas, São Paulo: Papyrus 2008.

CHIZZOTE, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3 ed. São Paulo : Cortez, 1998.

CRESWELL, Jonhw. **Projeto de pesquisa : métodos qualitativos, quantitativos e misto**; trad. Luciana de Oliveira Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora and Polonia , Ana Costa. **A família e a escola como contextos do desenvolvimento humano**. Paidéia (Ribeirão Preto) v.17 n 36. Ribeirão Preto. Jan/abr. 2007

FERREIRA, Maria Elisa Caputo, Marly Guimarães. **Educação Inclusiva**; Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, Rosana & OLIVEIRA M. **Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação Inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração, v. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p. 22-27, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.** Trad. Marcel Aristide Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5 ed. São Paulo: Cortez 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, Rosangela Gavioli Prieto. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo : Summus, 2006.

NOVOA, Antonio. **Os professores e sua formação.** 2 ed. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1995.

RAIÇA, Darcy. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental.** São Paulo : Avercamp, 2006.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva Cultural da educação.** Petrópolis, RJ: Vozes,1995.

SASSAKI, Romeu, K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro:1997, WVA.

STAINBACK, Suzan e STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** 1 ed.Porto Alegre: Artmed,1999.